

## O outro lado da história: um pouco da realidade dos professores com deficiências no mercado de trabalho

*The other side of the story:  
a little of the reality of teachers with disabilities in the labor market*

PALOMA CRISTINA FERREIRA MOISÉS

Graduada em Letras (UNIPAM)

E-mail: palomacristina@unipam.edu.br

ELIZENE SEBASTIANA DE OLIVEIRA NUNES

Professora orientadora (UNIPAM)

E-mail: elizene@unipam.edu.br

---

**Resumo:** A inclusão tem sido tema recorrente na sociedade contemporânea, em seus mais variados aspectos. Com foco neste tema geral, o presente trabalho tem por objetivo estudar a inclusão das pessoas com deficiência, voltando o olhar, mais especificamente, para o profissional docente. Para tanto, o estudo teve como bases metodológicas pesquisas bibliográficas, webliográficas e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica e webliográfica, de cunho exploratório, se deu por meio de leitura e análise de artigos, de dissertações, de matérias jornalísticas e, em especial, de legislações que se relacionam ao tema. Já a pesquisa de campo, de cunho descritivo, foi realizada com profissionais docentes que possuem alguma deficiência (física, visual ou auditiva) e que atuam no ambiente escolar no âmbito do município de Patos de Minas (MG). Os estudos e as percepções evidenciam a necessidade de ampliar as discussões sobre a integração das pessoas com deficiência, em especial os professores, no seu ambiente de trabalho. **Palavras-chave:** Inclusão. Pessoas com deficiência. Professores. Mercado de trabalho.

**Abstract:** Inclusion, in various aspects, has been a recurring theme in contemporary society. With a focus on this general theme, the present work aims to study the inclusion of people with disabilities, specifically in the teaching profession. To this end, the study had, as its methodological basis, bibliographical and webliographical research and field research. The bibliographical and webliographical research, of an exploratory nature, took place through the reading and analysis of articles, dissertations, journalistic articles, and, in particular, legislation related to the theme. The field research, of a descriptive nature, was carried out with teaching professionals who have a disability (physical, visual, or hearing) and who work in the school environment within the municipality of Patos de Minas (MG). The studies and the perceptions show the need to expand the discussions about the inclusion of people with disabilities, especially teachers, in their work environment.

**Keywords:** Inclusion. People with disabilities. Teachers. Labor market.

---

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As pessoas com deficiência, tanto física quanto mental, foram vistas de formas diferentes em cada época da história. Na história da humanidade, essas pessoas eram consideradas incompletas, incapazes ou anormais e eram simplesmente excluídas pela sociedade. Esses acontecimentos espalharam no consciente coletivo da sociedade a ideia de que essas pessoas estavam em um nível abaixo do corpo social. A trajetória histórica e social da população com deficiência foi bastante árdua.

No contexto atual, houve muitas mudanças. Sabe-se que, no Brasil, em especial a partir da década de 90, vem se reconfigurando a proposta de uma sociedade inclusiva, pelo menos no formato de um discurso oficializado. Por meio de criações de leis e de políticas públicas e sociais, pode-se dizer que ocorreu evolução no que se refere aos tratamentos e aos direitos das pessoas com deficiência (tanto física quanto mental). No entanto, as pessoas com deficiência (PcD) ainda enfrentam no seu cotidiano muitos desafios. Apesar de existirem dispositivos legais que asseguram direitos a esses cidadãos, não é simples a inclusão deles na sociedade e, principalmente, no mercado de trabalho. Nem sempre o processo de inclusão se dá de forma realmente efetiva.

Numa sociedade em que, apesar dos avanços, as pessoas com deficiência ainda são vistas com olhar diferente, em muitas situações, falar de inclusão é sempre importante. São vários obstáculos que as pessoas com deficiência enfrentam principalmente no que se refere à inclusão no mercado de trabalho. Dessa forma, o desenvolvimento do presente estudo justifica-se pela própria relevância do tema. Justifica-se relacionar e pesquisar de maneira mais aprofundada os desafios enfrentados pela PcD, de modo mais específico, pelos professores, pois, voltando o olhar para a inclusão no ambiente escolar, observa-se um grande número de estudos voltados para a realidade da inclusão de alunos com deficiências, mas poucos trabalhos voltados para a análise da realidade que envolve o docente com deficiências. Além disso, a proposição de um estudo voltado mais especificamente para o acolhimento dos professores com deficiências, aqui limitadas às físicas, visuais e auditivas, é uma forma de fomentar reflexões que levam o olhar das pessoas para o outro lado da história, incluindo, é claro, a aluna autora deste estudo, que, como futura professora, poderá lidar em sua prática com situações que poderão lhe exigir posicionamentos e reflexões proporcionados por meio dos estudos aqui empreendidos.

Nesse contexto, voltando o olhar de forma mais específica para os professores com deficiências, este estudo busca resposta aos seguintes questionamentos: como é o processo de inclusão desses profissionais no mercado de trabalho? Eles se sentem realmente incluídos nos processos do contexto educacional? Quais as principais dificuldades enfrentadas por eles no ambiente de trabalho?

Parte-se da hipótese de que os professores com deficiência estão cada vez mais ocupando espaços de trabalho no ambiente escolar, mas que, apesar disso, ainda vivenciam dificuldades similares às demais pessoas com deficiência quando de sua inserção no mercado de trabalho, perpassando essas dificuldades pela estrutura física da escola, pela aceitação dos sujeitos envolvidos no ambiente escolar e pelo respeito ao profissional em sala de aula. Acredita-se, até pelo fato de a inclusão desses docentes ainda ser pouca discutida, que a realidade do contexto escolar ainda revele o preconceito

por parte de pais, alunos e direção, quanto à capacidade de trabalho desse docente em sala de aula.

Busca-se, neste estudo, portanto, entender o processo de inclusão de professores com deficiência física, visual ou auditiva no mercado de trabalho, em especial no contexto escolar de sala de aula. Para tanto, necessário se faz abordar outros aspectos mais amplos, por isso se faz, inicialmente, baseando-se em pesquisa bibliográfica e webliográfica, uma abordagem geral acerca do próprio termo e acerca de legislações que dispõem sobre questões voltadas para as pessoas com deficiência, (PcD) para, depois, discorrer sobre a inserção delas no mercado de trabalho, em especial os profissionais que escolheram a docência como profissão, e sobre os desafios que se apresentam nesse processo, realizando reflexões possíveis a partir dos dados levantados na pesquisa de campo, feita com professores atuantes no município de Patos de Minas (MG).

## 2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA: CONCEITO E TIPOLOGIA

Cumprido destacar, antes de qualquer definição, que a história das pessoas com deficiência é árdua, pois, desde a Idade Antiga até a Idade Média, as pessoas com deficiência faziam parte de um processo de eliminação e de exclusão por parte da sociedade. Para muitas civilizações, como na Grécia Antiga, as crianças consideradas deficientes eram deixadas em locais desertos para morrerem. Esse ato visava devolvê-las às divindades. Em trechos da Bíblia, tem-se que as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade com intuito de serem curadas e salvas por Deus. “As questões que envolvem as pessoas com deficiência no Brasil – por meio de mecanismos de exclusão, políticas de assistencialismo, caridade, inferioridade, oportunismo, dentre outras – foram construídas culturalmente” (FIGUEIRA, 2008, p. 17). Por essa razão culturalmente empregada, as pessoas com deficiência eram vistas como um tipo de “aberração”.

Para trazer à tona questões conceituais acerca da deficiência, é importante destacar que o conceito de pessoa com deficiência passou por significativas transformações.

A abordagem da deficiência caminhou de um modelo médico, no qual a deficiência é entendida como uma limitação do indivíduo, para um modelo social e mais abrangente, que compreende a deficiência como resultado das limitações e estruturas do corpo, mas também da influência de fatores sociais e ambientais do meio no qual está inserida. Nesta nova abordagem, utiliza-se como ferramenta a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF/OMS), no âmbito da avaliação biopsicossocial (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, [s.d.], p. 1).

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, proclamada pela ONU em 2006, aprovada pelo Brasil por intermédio do Decreto Legislativo nº 186, de 09 de

julho de 2008, estabeleceu essa mudança conceitual e, em seu artigo 1º dispõe que “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interações com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (BRASIL, 2008).

A deficiência é, portanto, um conceito em evolução; ela é resultado da interação entre pessoas com impedimentos (físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais) e as barreiras devido às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. A deficiência é vista, de forma geral, não apenas como uma limitação fisiológica, mas também como uma limitação ambiental, em que o ambiente é o fator que determina a deficiência.

Esse novo conceito não se limita ao atributo biológico, pois se refere à interação entre a pessoa e as barreiras ou os elementos facilitadores existentes nas atitudes e na provisão de acessibilidade e de tecnologia assistiva. Em outras palavras, o conceito de pessoa com deficiência que consta da Convenção supera as legislações tradicionais que normalmente enfocam o aspecto clínico da deficiência.

Nesse mesmo sentido, a Lei Federal nº 13.146/2015, que regulamenta internamente as disposições da Convenção da ONU, prevê em seu artigo 2º:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

De acordo com Carvalho e Almeida (2012), é importante notar que, ao contrário de outros grupos sociais visivelmente homogêneos e com necessidades compartilhadas, as pessoas com deficiência têm na própria diversidade uma de suas mais evidentes características. Sendo assim, há diferentes tipos de deficiências. Os tipos de deficiência correspondem às alterações biológicas e suas necessidades específicas.

Na legislação brasileira, os diferentes tipos de deficiência estão categorizados no Decreto nº 5.296/2004, em seu artigo 4º:

Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

Em decorrência das concepções de deficiência que vão sendo trazidas, principalmente nas legislações mais recentes, cabe salientar sinteticamente a evolução também na forma de usar a terminologia. Durante muito tempo, as expressões “pessoas portadoras de deficiência” ou “portadores de necessidades especiais” foram utilizadas para se referir a alguém com deficiência.

Silva ([s.d.], [s.p.]), ao apresentar explicações sobre essas terminologias, afirma que,

na maioria das vezes, desconhece-se que o uso de determinada terminologia pode reforçar a segregação e a exclusão. [...] o termo "portadores" implica em algo que se "porta", que é possível se desvencilhar tão logo se queira ou chegue-se a um destino. Remete, ainda, a algo temporário, como portar um talão de cheques, portar um documento ou ser portador de uma doença. A deficiência, na maioria das vezes, é algo permanente, não cabendo o termo "portadores". Além disso, quando se rotula alguém como "portador de deficiência", nota-se que a deficiência passa a ser "a marca" principal da pessoa, em detrimento de sua condição humana.

Ainda segundo Silva ([s.d.], em meados da década de 90, passa a ser utilizada a terminologia "pessoas com deficiência", cuja sigla é PcD, que permanece até hoje e que é a terminologia considerada adequada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU). Isso mostra que deve ser ressaltada a pessoa à frente de sua deficiência, ou seja, valoriza-se a pessoa acima de tudo, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais.

As mudanças no decorrer do tempo referentes às concepções de deficiência mostram a evolução das sociedades para o respeito às diferenças individuais. No entanto, ainda há muitas barreiras para serem derrubadas. Assim, um caminho para se tentar superar essas barreiras, ou pelo menos para amenizá-las, é a criação de legislações que garantam direitos a essas pessoas, e, além da criação, o conhecimento e divulgação dessas legislações.

### 3 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ACERCA DAS PcD

Nota-se que houve um desenvolvimento lento e gradativo da percepção social da deficiência, passando esta por conceitos e tratamentos diversos, variáveis em relação ao período histórico e em relação aos valores e culturas de cada povo e de cada época.

Conforme Bonfim (2018, p. 8),

apesar de atitudes preconceituosas e discriminatórias direcionadas às pessoas com deficiência ainda serem perceptíveis nas relações sociais contemporâneas, as duas grandes guerras do século XX contribuíram para uma guinada na quebra do paradigma de exclusão social que permeou a trajetória desse grupo. Especialmente após a Segunda Guerra Mundial, numerosos soldados que adquiriram uma deficiência nos campos de batalha passaram a exigir de suas sociedades um tratamento que lhes possibilitasse ser vistos como cidadãos em igualdade de condições com os demais.

Internacionalmente, destacam-se, nesse período pós-guerra, importantes documentos que, gerados em diferentes momentos, tornaram-se marcos históricos e nortearam as conquistas em diversos campos, tanto para as pessoas de uma maneira geral, como particularmente para aquelas com necessidades especiais. Destacam-se, dentre eles: a Declaração Universal dos Direitos do Homem pela ONU (1948); a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); a Conferência Mundial Educação para Todos (1990), com a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990); a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, com a Declaração de Salamanca (1994); a Convenção de Guatemala (1999) e a Carta do Terceiro Milênio (1999).

No Brasil as mudanças também foram alinhadas à trajetória observada mundialmente. "Influenciados pelos movimentos internacionais e respaldados nas resoluções da ONU, [...] inseriram no texto da Carta Magna de 1988 o reconhecimento

formal dos direitos de cidadania desse segmento, prevendo a adoção de diversas medidas para possibilitar a plena inclusão social” (BONFIM, 2018, p. 9).

Tendo em vista o aspecto das dificuldades de quem porta alguma deficiência, a constituição conta com mais de 60 textos entre emendas e leis, que empenham o papel de estabelecer acessibilidade. Dentre elas podemos destacar: isenção do IPI, acréscimo de 25% na aposentadoria por invalidez, amparo social, desconto na conta de energia elétrica, isenção do IPTU, isenção da tarifa no transporte público, entre outras.

Mais adiante, a incorporação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência com *status* de emenda constitucional e a aprovação da Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e regulamenta dispositivos da referida convenção, corroboraram o intento do Parlamento brasileiro de consolidar uma mudança, pois, “com os referidos atos normativos, a deficiência passa a ser vista como uma questão social e, como tal, demanda a adoção de medidas para eliminar barreiras físicas, informacionais e atitudinais e para garantir a plena inclusão social da pessoa com deficiência na vida comunitária” (BONFIM, 2018, p. 9).

Além dessas, há ainda leis referentes ao ambiente, as quais se destacam como fundamentais para quebrar barreiras do dia a dia.

Todos os dias, as pessoas com deficiência cruzam com diversas barreiras por causa da falta de acessibilidade. Sim, ainda hoje, isso é uma realidade! A falta de acessibilidade está acontecendo nesse exato momento. Acontece quando um cadeirante deseja fazer uma compra, mas a loja não possui rampa de acesso. Acontece quando uma pessoa cega vai a um restaurante e ele não tem cardápio em braile. Acontece quando um surdo quer assistir a um vídeo, mas ele está sem legenda e tradução para Libras (Língua Brasileira de Sinais) (COELHO, 2012, [s.p.]).

A Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. É a primeira totalmente voltada à acessibilidade, com a visão de quebrar barreiras no dia a dia, sejam elas urbanas, arquitetônicas, nos transportes ou na comunicação, assegurando, assim, a autonomia das pessoas com deficiência e oportunidade para todos.

Quatro anos mais tarde, em 2004, saiu o Decreto nº 5296, que reforçou o que Lei nº 10.098 já dizia, como atendimento prioritário, projetos arquitetônicos e urbanísticos acessíveis, acesso à comunicação e informação, e trouxe de novo as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) como parâmetros de acessibilidade a serem seguidos. Foi graças a esse decreto que a ABNT lançou vários padrões de acessibilidade. Todos esses parâmetros estão reunidos no manual da ABNT 9050 e têm como foco a acessibilidade em um projeto, construção, instalação e adaptação de edificações.

Além disso, há que se destacar a questão da educação das pessoas com deficiência e a legislação a esse fator relacionada. Segundo determina a LDB nº

9.394/1996, em seu art. 58, entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Destaca ainda que, para que a lei seja cumprida e esses sujeitos sejam amparados, haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado.

Cabe destacar nesta parte deste estudo que a legislação brasileira que contempla aspectos específicos para as pessoas com deficiência, visando à integração social dessas pessoas e garantindo a todos a possibilidade de serem vistos como cidadãos em igualdade de condições com os demais, é bastante ampla<sup>1</sup>, não sendo o objetivo deste trabalho aprofundar nessa seara, mas tão somente discorrer sobre as mais representativas nos últimos tempos.

Como o presente trabalho é voltado, especialmente, para a realidade dos professores com deficiência atuantes no município de Patos de Minas (MG), é importante destacar que, no âmbito municipal, há também legislações que abarcam disposições acerca das responsabilidades e competências do município quanto às pessoas com deficiência, como a Lei Orgânica do Município de Patos de Minas, de 24 de maio de 1990.

Outra lei que pode ser destacada é a Lei Complementar nº 2/1990, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos municipais. No artigo 13, descreve-se que as formas de provimento em cargo público serão mediante a nomeação, a promoção, o acesso, a readaptação, a reversão, o aproveitamento e a reintegração. Na seção IV, Da readaptação, assim fica disposto:

Art. 43 Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

§ 1º Se julgado incapaz para o serviço público, o servidor será aposentado.

§ 2º A readaptação será efetivada em cargo de carreira de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

§ 3º Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar aumento ou redução da remuneração do servidor.

§ 4º O servidor readaptado submeter-se-á, periodicamente, às avaliações com profissionais habilitados e a exames médicos, pelo órgão competente, a fim de ser verificada a permanência das condições que determinaram sua situação e o monitoramento de tratamento e das condições de trabalho.

Art. 45 Somente poderá ser readaptado o servidor estável.

---

<sup>1</sup> Para conhecer o rol dessa legislação, pode-se consultar documento organizado por Bonfim (2018), atualizado até dezembro de 2018 e publicado pelas edições da Câmara. Disponível em: [https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/36841/legislacao\\_pessoa.pdf?sequence=1](https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/36841/legislacao_pessoa.pdf?sequence=1). Acesso em: 27 out. 2020.

Além disso, há leis que dispõem sobre as questões de acessibilidade e estruturação urbana, como a Lei Complementar nº 271, de 1º de novembro de 2006, e a Lei Complementar nº 379, de 24 de janeiro de 2012, que institui o código de posturas do Município de Patos de Minas, trazendo esta última questões bem específicos acerca da acessibilidade, em seus artigos 23, 26, 114 e 288.

Há também a Lei nº 6.561, de 22 de maio de 2012, que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Patos de Minas, um órgão deliberativo, paritário, de caráter permanente, não remunerado.

Por fim, destaca-se ainda a lei complementar nº 504, de 27 de março de 2015, que altera o artigo 1º da Lei Complementar n.º 097, de 25 de maio de 1999, para elevar o percentual de vagas reservadas às pessoas portadoras de deficiência, ficando a administração pública direta e indireta do município obrigada a reservar 10% (dez por cento) dos cargos ou empregos públicos, em todos os níveis, para pessoas portadoras de deficiência.

Analisando-se as legislações, vê-se que elas asseguram a inclusão, o emprego, a qualidade de vida e a acessibilidade às PcD. No entanto, muitas vezes elas não são cumpridas e/ou colocadas em prática.

#### **4 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO**

Sabe-se que o trabalho é a atividade por meio da qual o ser humano produz sua própria existência. Essa afirmação condiz com a definição dada por Karl Marx quanto ao que seria o trabalho. A ideia não é que o ser humano exista em função do trabalho, mas é por meio dele que produz os meios para manter-se vivo. Como esclarece Pardim (2014, p. 10),

o trabalho é atividade pela qual se exerce a cidadania, fazemos cumprir nossos direitos, ganhamos nosso sustento para podermos constituir uma nova família. E assim o é para a pessoa com deficiência, sem trabalho, não há perspectiva de crescimento, não há motivação para o estudo e o aperfeiçoamento. Nós mesmos, muitas vezes pensamos: como sobreviver sem trabalho? Trabalho é muito mais do que emprego e sustento, é o caminho para uma vida de respeito e esperança.

Compreendendo-se trabalho dessa forma, entende-se que ele deva ser algo oportunizado a todas as pessoas. Nesse contexto, cumpre destacar que, apesar disso, os desafios e a superação no ambiente de trabalho é algo vivenciado no dia a dia pelas pessoas com deficiência. A efetiva inclusão desses profissionais na sociedade contemporânea é algo ainda longe de ser concluída, pois a discriminação às PcD quanto a sua capacidade e competência para exercer determinadas funções é uma realidade presente no mercado de trabalho. A Constituição Federal (1988) em seu art. 7º coloca que o trabalhador com deficiência deve estar assegurado de qualquer discriminação no que diz respeito a salário e a critérios de admissão. Contudo, sabe-se que nem sempre isso acontece.

Na sociedade atual, as práticas que proporcionam a inserção desse trabalhador no mercado de trabalho ainda se restringem aos pré-conceitos. O grande desafio para as empresas no que tange à contratação desses profissionais é a adaptação física do local de trabalho para receber os futuros trabalhadores. Além disso, os rótulos preestabelecidos pela sociedade contribuem significativamente para a exclusão dos funcionários com deficiência e reforçam ainda mais a falsa ideia de que não são aptos a exercerem cargos no mercado de trabalho, dificultando a integração dos funcionários de forma geral, em que todos exerçam um ambiente de cooperação mútua, sem impugnações a esses profissionais.

Há que se destacar a existência de disposições legais voltadas a questões de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O art. 34 da Lei 13.146/2015 prescreve que a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Com o objetivo de assegurar o cumprimento das medidas em favor das pessoas com deficiência pelas empresas ao longo de toda a contratação, a Lei 13.146/2015 acrescentou à Lei 8.666/1993 o art. 66-A de seguinte teor: "As empresas enquadradas no inc. V do § 2.º e no inc. II do § 5.º do art. 3.º desta Lei deverão cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social". Além disso, essa lei trouxe algumas novidades de acessibilidade previstas na legislação. Em seu parágrafo único fica determinado que cabe à administração fiscalizar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade nos serviços e nos ambientes de trabalho.

Entretanto, Fernandes e Silva (2008, p. 21), ao relatarem o papel do governo no processo de inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, salientam que,

ao propor uma sociedade inclusiva, em que todas as pessoas tenham a oportunidade de participar, o próprio governo não consegue cumprir a sua parte. Há falhas na educação, na saúde, nos meios de transporte, nas ruas e nas calçadas entre outros, que dificultam e até impedem a participação da pessoa com deficiência no mercado do trabalho.

Segundo informações do Ministério do Trabalho (2018), o mercado de trabalho formal brasileiro contabilizou a presença de 418.521 pessoas com deficiências e reabilitadas (PcDs) em 2016 – um crescimento 3,79% em relação a 2015, quando havia 403.255 PcDs com vínculo empregatício. Os dados fazem parte da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2016 e incluem empregadores da iniciativa privada, empresas públicas diretas e indiretas e órgãos públicos.

Além disso, segundo a chefe da Divisão de Fiscalização para Inclusão de Pessoas com Deficiência e Combate à Discriminação no Trabalho (DPcD), a auditora-fiscal do Trabalho Fernanda Maria Pessoa di Cavalcanti, o resultado é muito significativo, considerando-se que, no mesmo ano, houve uma retração de 4,16% de empregos para trabalhadores sem deficiências. Levando-se em conta os últimos oito

anos (2009 a 2016), houve um acréscimo de 45% de PcDS no mercado de trabalho, enquanto o mercado formal de emprego só cresceu 12%. Entretanto, as estatísticas estão longe de fomentar a demanda da inclusão das PcD no mercado de trabalho.

A construção de uma nova sociedade que engloba as PcD de forma geral é um esforço que deve ser feito como um todo, em que a valorização do ser humano esteja acima de suas limitações físicas. As pessoas com deficiência têm o direito de trabalhar em igualdade de oportunidades com as demais pessoas em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência (BARBOSA, 2008 *apud* WALLERIUS; BISSANI, 2015).

Entre os profissionais com deficiência que enfrentam constantes desafios em sua rotina de trabalho estão os professores. A inclusão por parte dos alunos e de todo corpo da escola é algo ainda desafiador. A preparação para receber os professores com deficiência na rotina institucional deve ser uma competência de responsabilidade de todos os presentes no ambiente escolar. Não é uma tarefa fácil, uma vez que a receptividade desses profissionais engloba desde uma estrutura física apropriada até caminhos que incluem o respeito e a valorização das habilidades.

A educação inclusiva deve partir do pressuposto de que a instituição não deve receber apenas alunos com deficiência, pois, num outro extremo, a educação também possui mestres com deficiência. Partindo dessa premissa, deve-se orientar e preparar os alunos, pais e direção escolar quanto à importância da acessibilidade e à aceitação dos PcD.

Diante ao exposto, é válido frisar que, mesmo com todos os aspectos positivos desses profissionais, a introdução dos orientadores PcD no ambiente escolar pode ser, em certas situações, frustrante, uma vez que esses profissionais, muitas vezes, ao entrarem para exercerem as suas funções, são realocados em outros lugares, como bibliotecas, secretaria e diretoria, por exemplo, sendo remanejados do seu real cargo trabalhista.

## 5 METODOLOGIA

Este estudo teve por bases metodológicas pesquisas bibliográficas e webliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica e webliográfica, de cunho exploratório, se deu por meio de leitura e de análise de artigos, de dissertações, de matérias jornalísticas e, em especial, de legislações que se relacionam ao tema. Já a pesquisa de campo, de cunho descritivo, foi realizada com profissionais docentes que possuem alguma das deficiências limitadas neste estudo (física, visual ou auditiva) e que atuam no ambiente escolar no âmbito do município de Patos de Minas (MG).

A composição da amostra de pesquisa, a ser descrita detalhadamente na próxima seção, se deu por conveniência, a partir de levantamento de informações junto à Secretaria Municipal de Educação e a pessoas do círculo de convivência tanto da aluna autora deste estudo quanto da professora orientadora. Os dados foram coletados no mês de outubro de 2020, depois de os sujeitos tomarem ciência do objetivo da pesquisa e consentirem com a participação no estudo, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi a entrevista, com roteiro semiestruturado, o qual foi adaptado do roteiro elaborado por Michelle Klaumann (2009), para concretização da sua pesquisa de mestrado, intitulada “A trajetória profissional de professores com deficiência atuantes na rede de ensino de Curitiba e região Metropolitana”.

Em razão da pandemia COVID-19, os dados foram coletados de forma on-line, utilizando recursos como e-mail e WhatsApp. No caso dos entrevistados com deficiência visual, os dados foram coletados por meio de ligações e áudios e, posteriormente, as respostas foram transcritas para o desenvolvimento da análise dos dados, que se deu de forma qualitativa, buscando confrontar os relatos dos entrevistados aos estudos teóricos e legais realizados neste estudo, a fim de identificar as principais barreiras superadas e/ou ainda existentes no dia a dia desses profissionais no mercado de trabalho.

## 6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa de campo foi feita junto a professores com deficiência que atuam no ambiente escolar do município de Patos de Minas (MG). Inicialmente, depois de as autoras buscarem informações junto à Secretaria de Educação e de buscarem contatos aleatórios de profissionais docentes de seus círculos de conhecidos, observando a necessidade de compor a amostra com sujeitos com as deficiências contempladas neste estudo (física, visual e auditiva), foram contactados doze sujeitos. Depois disso, foi enviado a eles o termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o roteiro da entrevista, sendo que 8 deram retorno à pesquisa.

Aos participantes foram garantidos a não identificação e o uso dos dados coletados nas entrevistas exclusivamente para fins acadêmicos. Então, aqui neste espaço, serão utilizados codinomes para se referir aos sujeitos, tendo como referência para isso os nomes de algumas espécies de flores.

Os dados serão apresentados atentando-se à estrutura do roteiro da entrevista, organizado em 4 “blocos”, sendo o primeiro destinado a identificar o perfil dos sujeitos; o segundo destinado a compreender as suas concepções de deficiência e inclusão; o terceiro a compreender a organização do trabalho pedagógico deles; o último a conhecer um pouco a trajetória acadêmica desses profissionais.

### 6.1 PERFIL DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

A constituição do perfil dos sujeitos entrevistados foi feita atentando-se, inicialmente, a dados pessoais (Quadro 1) e, depois, a dados relacionados à formação e atuação profissional (Quadro 2).

**Quadro 1:** Dados pessoais dos sujeitos entrevistados

Nome fictício	Idade	Estado civil	Mora sozinho(a)	Deficiência	Causa da deficiência
Amarilis	56	Viúva	Sim	Visual – cegueira total	Retinose pigmentar
Azaleia	26	Solteira	Não	Visual - cegueira total	Glaucoma congênito
Camélia	51	Solteira	Não	Visual - cegueira total	Uveíte, retinose pigmentar, glaucoma congênito e catarata.
Jacinto	38	Divorciado	Não	Visual - cegueira total	Glaucoma congênito
Lírio	50	Solteiro	Sim	Motora	Poliomielite
Margarida	39	Solteira	Sim	Motora	Neurofibromatose
Rosa	57	Casada	Não	Auditiva - bilateral severa	Consanguinidade
Violeta	25	Solteira	Sim	Visual – cegueira total do olho esquerdo e estrabismo nos dois olhos	Glaucoma congênito

Fonte: pesquisa de campo (2020).

Analisando as informações do Quadro 1, nota-se a predominância de sujeitos com deficiência visual, o que vai ao encontro dos dados do censo demográfico do IBGE 2010, que evidenciam um percentual maior de deficientes visuais em relação a outras deficiências. Segundo esses dados, deficiência visual estava presente em 3,4% da população brasileira; a deficiência motora em 2,3%; a deficiência auditiva em 1,1%; e a deficiência mental/intelectual em 1,4% (IBGE EDUCA, [s.d.]).

Klaumann (2009, p. 23), baseando-se em dados do censo do IBGE do ano de 2000, afirma que “o tipo de deficiência que mais dificulta a inserção no mercado de trabalho é a deficiência mental; apenas 19,3% das pessoas que declararam apresentar essa deficiência estão ocupadas, o que não ocorre com as outras capacidades físicas ou motoras (24,1%), de audição (34,0%) e de visão (40,8%)”.

Chama a atenção também o fato de 50% dos entrevistados morarem sozinhos, o que indica conquista de independência e autonomia. Além disso, observa-se também que a maioria das deficiências dos entrevistados foi causada por doenças genéticas, por doenças hereditárias e por doenças causadas por vírus.

**Quadro 2:** Formação e atuação profissional dos sujeitos entrevistados

Nome fictício	Formação acadêmica	Local de atuação	Atividade exercida	Ano de ingresso na rede de ensino	Período de docência
Amarilis	Magistério, graduação em Pedagogia e pós-graduação em Educação especial	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Patos de Minas	Pedagoga, alfabetização de crianças com deficiência intelectual e visual.	1984	32 anos
Azaleia	Graduação em Letras e pós-graduação em Revisão de textos	Centro de Apoio Pedagógico para Pessoa com Deficiência Visual (CAP) de Patos de Minas	Revisão e correção de materiais didáticos e paradidáticos adaptados para o sistema braile	2018	Alguns poucos dias
Camélia	Graduação em Pedagogia e pós-graduação em Educação especial	Escola Estadual Deiró Eunápio Borges e Secretaria Municipal de Patos de Minas (SEMED)	Escola - musicalização para crianças dos anos iniciais do ensino fundamental. SEMED - revisão de textos em braile, no Núcleo de Apoio para Pessoas com Deficiência.	2013	7 anos
Jacinto	Graduação em Letras	Centro de Apoio Pedagógico para Pessoa com Deficiência Visual (CAP) de Patos de Minas	Revisão e correção de materiais didáticos e paradidáticos adaptados para o sistema braile	2013	2 meses
Lírio	Graduação em Letras e pós-graduado em Filosofia	IFTM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Patos de Minas, campus Patos de Minas.	Professor de inglês	1988	32 anos
Margarida	Graduação em Ciências Biológicas, em Medicina Veterinária; Pós em Educação e Gestão Ambiental e mestrado em Sanidade e Produção Animal nos Trópicos	Centro Universitário de Patos de Minas	Professora	2005	15 anos
Rosa	Graduação em Pedagogia; e especialização em Psicopedagogia e outras; Mestrado em Ciências da Educação	Rede Municipal de Ensino de Patos de Minas	Supervisão Educacional	1981	30 anos
Violeta	Graduação em Pedagogia e pós-graduação em Psicopedagogia	CMEI Edna Borges Babilônia.	Professora de educação infantil	2016	4 anos

Fonte: pesquisa de campo (2020).

Ao analisar os dados do Quadro 2, percebe-se que os entrevistados têm uma preocupação com a formação continuada, visto que apenas 1 não possui pós-graduação. Baseando-se em dados do censo do IBGE de 2000, Klaumann (2009, p. 22) evidencia, em seu estudo, ao discorrer sobre o item instrução, que “32% da população sem instrução ou com menos de três anos de estudo têm deficiências. Quanto mais aumenta o grau de instrução, mais caem as proporções de “portadores” de deficiência, chegando a 10% entre as pessoas com mais de 11 anos de estudo”. A ideia trazida por esses dados não se confirma neste estudo, já que todos os entrevistados apresentam alto grau de instrução.

Quanto à formação inicial, nota-se uma predominância dos cursos de Letras e Pedagogia e, quanto ao nível de atuação, percebe-se que há profissionais atuando desde a educação infantil até a educação superior. Importante destacar também que todos os docentes entrevistados já trabalharam como professor nas escolas e que esse tempo de atuação é bem significativo, chegando a 32 anos, no caso de Amarílis e Lírio, e a 30 anos, no caso de Rosa. Entretanto há dois entrevistados que relataram pouquíssimo tempo de docência, a Azaleia e o Jacinto.

Azaleia, que lecionou apenas alguns dias, relata em sua entrevista que passou no concurso público para preencher a vaga de professora de Língua Portuguesa no estado de Minas Gerais e que, ao chegar à escola, foi fornecido para ela um monitor que auxiliaria em várias tarefas, que fossem necessárias para a efetivação de suas aulas. No entanto, ela sentiu que não tinha autonomia para lecionar suas aulas. Assim, a direção da escola forneceu uma segunda opção, a qual ela aceitou: a readaptação para o Centro de Apoio Pedagógico para Pessoa com Deficiência Visual (CAP) de Patos de Minas.

Jacinto, que também passou no concurso do estado de Minas Gerais, relatou que, ao chegar à escola onde daria aula, nenhum tipo de apoio ou monitor foi fornecido. Com esse cenário, ele conseguiu lecionar apenas dois meses. Logo em seguida, foi readaptado para a biblioteca da escola e posteriormente para o Centro de Apoio Pedagógico para Pessoa com Deficiência Visual (CAP) de Patos de Minas.

A readaptação não é incomum em casos como os aqui mostrados, sendo prevista em lei. Conforme texto do artigo 37, § 13, da Constituição Federal,

o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.

Assim, ao analisar o local de atuação dos referidos sujeitos e as funções exercidas, vê-se que, do ponto de vista legal, não há nada para se questionar. Entretanto, há que se destacar que, do ponto de vista psicológico e emocional, isso pode ser um fator gerador de frustrações, vez que esses profissionais constroem expectativas para exercerem as funções inerentes ao cargo para o qual prestaram concurso. Neste estudo, não foram aprofundadas essas questões durante a entrevista, mas as falas dos sujeitos

sinalizam a intencionalidade deles de exercerem a função docente, tanto que iniciaram a atuação em sala de aula.

## 6.2 CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO

O segundo tópico da pesquisa destinou-se a compreender as concepções de deficiência e inclusão dos entrevistados. Assim, eles foram questionados sobre os desafios em relação à direção da escola em que atuam ou atuaram e sobre a relação que possuem com colegas profissionais, com alunos e com familiares de seus alunos.

Quando questionados se enfrentaram ou enfrentam desafios em sua inclusão/interação social na escola, com relação à direção, quatro dos entrevistados disseram que não e reconhecem que os desafios, de forma geral, existem, conforme se nota na fala de Camélia: “considero que sempre há desafios e que nós temos que enfrentar eles todos os dias, por mais difíceis que sejam esses desafios, mas nunca senti nenhum preconceito por parte da direção da escola [...] me sinto totalmente integrada” (2020).

No entanto, essa integração sentida por Camélia não parece ser a realidade dos outros quatro entrevistados, cabendo destacar a fala de Jacinto: “os desafios que eu enfrentei foi em questão da falta de conhecimento da direção da escola, que não me orientou nem me deu suporte para exercer o meu trabalho. Na primeira oportunidade, a direção me colocou na biblioteca” (2020). Esse relato traz à tona o fato de que a existência de legislação por si só não significa a inclusão, pois, muitas vezes, até mesmo por desconhecimento dessa legislação, ela não é efetivada na prática e fica muito no âmbito de um discurso idealizado.

Em relação aos colegas, todos foram unânimes em dizer que não teve qualquer tipo de exclusão ou dificuldade no processo de interação e integração, o que já não aconteceu com os alunos e as famílias desses alunos, como se pode notar a partir da fala de duas entrevistadas:

Dos alunos sim. Muitos falavam “olha lá a dona vesga. Zaroia” (VIOLETA, 2020).

O desafio mais específico era por parte de pais que quando descobria que eu tinha deficiente auditiva, duvidavam da minha capacidade de ensinar. Outros quando descobriam ficavam surpresos porque já gostavam da minha prática pedagógica, mas me olhavam espantados e daí em diante ficavam me testando (ROSA, 2020).

Mesmo aqueles que disseram que não enfrentaram desafios, ou que se sentiram avaliados com desconfiança pelos alunos e pelas famílias, fazem a ressalva de que pode até ser que tenha acontecido, mas não foi percebido.

Que eu saiba, não. Nunca senti que eu estivesse sendo vítima de exclusão por parte dos pais ou dos alunos. Pode

até ser que ele tenha existido ou que ele exista, mas nunca percebi (LÍRIO, 2020).

No que se refere à percepção dos entrevistados quanto à forma que a instituição em que atuam concebe a deficiência, as falas revelam que há diversidade nessas concepções, estando algumas instituições mais preparadas para lidar com a inclusão, ao passo que outras ainda se mostram retrógradadas.

A instituição onde atuo concebe a pessoa com deficiência, como seres humanos que fazem parte da sociedade como um todo e que merecem um olhar especial durante seu processo de inclusão e permanência na escola. Quando a deficiência é severa e exige mais cuidados, é contratada uma professora para dar apoio ao aluno. Esse aluno também terá acesso também à sala de atendimento especializado, oferecem alternativas para facilitar o processo de aprendizagem, considerando as especificidades de acordo com as singularidades do educando (ROSA, 2020).

Quando exercia minha função na rede pública eu me sentia um estorvo para a escola todas as vezes que solicitava alguma melhoria do ambiente. Ficava observando os comentários dos administradores sobre os alunos com deficiência que eram recebidos na escola, sempre com aquele ar de reprovação, de que teriam mais trabalho e tal. Então, com certeza, nas minhas costas o comentário não era diferente. No fim da minha carreira no estado tive que fazer ajustamento funcional devido à incompatibilidade da carga-horária em pé e escadas com as lesões que desenvolvi no quadril, joelho e coluna, então foi nesse momento que senti que realmente a escola não tem espaço para pessoas portadoras de necessidades especiais. Fui sendo jogada de um setor para outro até me esgotar psicologicamente e pedir a exoneração (MARGARIDA, 2020).

O fato de ter ocorrido alteração na concepção de deficiência a partir da inserção desses profissionais na escola também foi questionado e o que ficou mostrado é que os entrevistados acreditam nessa mudança na concepção.

A concepção muda a partir do momento que você prova que é capaz. Abre caminhos para que outros colegas com alguma deficiência também sejam aceitos e inseridos com menos discriminação no ambiente escolar. Percebo claramente que por onde passei como professora houve mudança, porque provocou um novo olhar para o profissional com deficiência. O fato de exercer minha

profissão com seriedade e responsabilidade proporcionou um olhar reflexivo, possibilitando assim receber com menos ansiedade e mais credibilidade outras pessoas com deficiência na escola, tanto profissionais quanto alunos. A partir do momento que um professor deficiente prova que é capaz de exercer sua profissão com qualidade ele se torna uma referência positiva, isso minimiza o preconceito e valoriza as potencialidades (ROSA, 2020).

Ao analisar a fala da professora Rosa, chama a atenção o trecho “A partir do momento que um professor deficiente prova que é capaz de exercer sua profissão com qualidade ele se torna uma referência positiva[...], pois ela usa o verbo provar, o que revela o quão ainda existem desconfianças quanto à capacidade desses profissionais.

Ao discorrerem sobre condições que consideram necessárias e/ou que devem ser melhoradas para que o processo de inclusão de um professor com deficiência ocorra no âmbito do sistema educacional e da escola em si, as questões trazidas pelos sujeitos vão desde questões práticas, como adaptação de ambientes e cumprimento de legislação, a questões de perspectivas sociais, como conscientização, sensibilização e acolhimento.

Deverá ter mais vagas para professores com deficiência. As vagas são limitadas. Deviam ser iguais e inclusivas. E também, de certa forma, muitas escolas ou instituições não são completamente adaptadas. Sendo assim, se fosse adaptada seria mais fácil tanto para os profissionais com deficiência quanto para os alunos ou até mesmo para a comunidade escolar que frequenta esse ambiente (VIOLETA, 2020)

No conjunto da escola, as condições necessárias para que a inclusão seja feita é a conscientização da equipe diretiva que vai mostrar que o espaço está aberto para a diversidade e em seguida um movimento de sensibilização para que todos os professores sejam respeitados com igualdade (AMARÍLIS, 2020).

Antes de qualquer coisa, antes de pensar em questão de legislação, de verba, temos que pensar que é uma questão de conscientização, de toda a sociedade, não apenas da comunidade escolar, mas de toda sociedade. Ela tem que entender que a pessoa com deficiência, seja ela qual for, ela tem condição, se ela foi designada ou se ela passou em um concurso, ela tem condições sim de estar ali porque ela estudou, porque ela se preparou porque o cargo é dela. A sociedade precisa parar de ver a pessoa com deficiência como uma vítima, como alguém que não tem capacidade, ou que vai precisar de ajuda o tempo todo. Ela precisa ver que nós somos iguais, do mesmo jeito que todas as pessoas têm dificuldades nós também temos. As estruturas

governamentais também devem estar preparadas, não adianta ter a vaga disponível, não adianta passar no concurso se o Estado não dá autonomia para nós desenvolvermos o nosso trabalho. Então, é preciso investir em tecnologia, em tecnologia assistiva, investir em uma capacitação que realmente seja significativa. Investir em acessibilidade no espaço físico (AZALEIA, 2020).

Basta que sejam garantidos os direitos já assegurados em legislações vigentes. Apesar da lei da inclusão estar há alguns anos vigorando, é necessário que todos os direitos trazidos por ela produzam efeitos reais. Na teoria, o avanço é muito grande, mas na prática quase sempre os direitos não são garantidos (CAMÉLIA, 2020).

Ao analisar as falas dos entrevistados, percebe-se que, conforme ressalta Klaumann (2009, p. 46), “o profissional docente com deficiência tem, sem dúvida, um árduo caminho na escola para continuar sua luta pelo reconhecimento de seus direitos, somado as mais diversas situações que, com certeza, deverá provar suas capacidades profissionais”. Mas é imprescindível dizer que a chegada e a presença desses profissionais nesse ambiente é uma possibilidade de quebra de barreiras de toda ordem que atingirá diretamente a comunidade escolar. “A presença desse profissional, possivelmente levará gestores, professores, pais e alunos a considerar a deficiência a partir de um olhar menos carregado de preconceito” (KLAUMANN, 2009, p. 46).

### 6.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

O terceiro bloco de questionamentos da entrevista teve como objetivo compreender a organização do trabalho pedagógico dos entrevistados. Eles foram questionados se recebem algum tipo de apoio pedagógico especializado para a sua atuação, no sentido de atender às especificidades dos entrevistados, além de terem apoio no processo de ensino, relacionados a aspectos como adequação de materiais de trabalho, de metodologias, de avaliações, enfim, de materiais pedagógicos. E, nesse aspecto, alguns revelam que há avanços, dizendo que “há apoio no sentido de facilitar minha comunicação, sou mais visual, por isso a equipe escolar e colegas de trabalho sempre falam comigo olhando de frente, pois uso a leitura labial como suporte.” (ROSA, 2020). Entretanto, no que se refere aos aspectos mais voltados à prática e aos materiais, em especial no caso dos entrevistados com deficiência visual, ficaram reveladas algumas dificuldades.

Infelizmente, o material didático para o professor, com deficiência visual, ele é inadequado. Então, eu tenho que preparar o meu material, tem que escanear, tenho que passar ele para sintetizador de voz. O ideal seria que a gente recebesse o material em braile, ampliado ou digitalizado. Infelizmente nós não recebemos assim. Cada

professor é que têm que preparar próprio material (AMARÍLIS, 2020).

O problema mais recorrente era aplicação das provas. Como eu não tinha ninguém para me auxiliar na sala, eu pedia um professor para fazer as aplicações das avaliações para mim. Era muito difícil para mim, submeter todas as vezes a mesma situação (JACINTO, 2020).

Frente às dificuldades que se mostram presentes, os professores destacaram algumas ações que julgam importantes para minimizar essa situação. As sugestões mais recorrentes perpassam pela implementação nas escolas de recursos tecnológicos que auxiliem o professor com deficiência visual.

Seria importante, no caso de ministrar alguma disciplina, que o conteúdo venha na condição que a pessoa consiga ler. Se for uma pessoa com baixa visão, que ele vem ampliado no livro. Para o professor se for cego que o livro tem em braile, se for um professor que não domina nem o braile, nem o ampliado, que ele venha no formato digital e com áudio voz. As maiores dificuldades para as pessoas, os profissionais cegos (AMARÍLIS, 2020).

Colocar monitores e fornecer recursos e ferramentas necessárias. Mais computadores, para que os alunos façam as provas nos próprios laboratórios. Assim, eu mesmo posso aplicar as provas para eles (JACINTO, 2020).

O que se percebe é que faltam recursos específicos para que os docentes com deficiência consigam desenvolver suas atividades em condições de igualdade aos demais profissionais.

#### 6.4 UM POUCO DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL DESSES PROFISSIONAIS

Para encerrar a entrevista, deixou-se um espaço para que os profissionais se sentissem à vontade para relatarem um pouco das suas trajetórias acadêmica e profissional. Nesse ponto, o que se pôde observar é que eles voltaram o olhar para a questão da inserção no mercado de trabalho, para a atuação no ambiente escolar em si, evidenciando e reforçando o enfrentamento de muitos desafios, que já tinham sido mencionados no decorrer da entrevista, como a falta de infraestrutura e de acessibilidade de alguns dos espaços, o preconceito por parte de membros constituintes das escolas, a falta de apoio no ambiente escolar, a ausência de materiais ajustados às suas necessidades e o não cumprimento, em prática, das legislações em vigor.

A minha trajetória foi muito curta em sala de aula. Assim que eu entrei a direção já queria se “livrar de mim”. Ela

não me deu suporte e isso me deixou muito magoado e sem esperança. Pois não tive a chance de mostrar o meu potencial (JACINTO, 2020).

Quando concluí o curso de magistério (nessa época a deficiência de leve passou a moderada), imediatamente comecei a trabalhar como professora alfabetizadora, para não assustar os pais e com medo de que me afastassem do cargo, não comentava minha deficiência, então tinha que ter atenção redobrada com quem conversava comigo. Assim que pude, adquiri um aparelho auditivo, o que tornou minha deficiência mais evidente. Eu escondia o aparelho com o cabelo para que quando descobrissem a deficiência, eu já tinha mostrado que era capaz de trabalhar, mas a partir de quando descobriam as pessoas me olhavam com desconfiança, tanto colegas como pais (ROSA, 2020).

Eu comecei a trabalhar na creche logo depois de me formar. No começo eu sofri muito preconceito e senti muito insegura. Não foi fácil ser julgada como incapaz. Não me sentia preparada para enfrentar os desafios. Foi difícil, eu quase desisti (VIOLETA, 2020).

Em 2005, ingressei no estado como professora concursada de Ciências e Biologia. No mesmo ano entrei de licença saúde por causa da amputação que fiz. No ano seguinte retornei à sala de aula. Em 2007, pedi mudança de lotação e fui para outra escola onde permaneci na sala de aula até 2012. Entrei de licença saúde devido às lesões de joelho, quadril e coluna desenvolvidas devido ao uso da prótese com uma qualidade que não atendia o meu ritmo de vida e aos longos períodos em pé e o sobe e desce de escadas constante. Posteriormente fui para ajustamento funcional e no início de 2017 pedi exoneração (MARGARIDA, 2020).

Apesar de muitos desafios e de muitas frustrações, todos os entrevistados continuam atuando no ambiente educacional. Alguns como professores em sala de aula, outros fora das salas de aulas, mas exercendo atividades diretamente ligadas à área da educação, mais especificamente, da Educação Especial.

Me sinto uma profissional realizada, apesar dos desafios que eu tive que enfrentar, ao longo dessa caminhada, me sinto reconhecida também quanto profissional da educação. Sinto que eu pude contribuir com a inclusão das pessoas com deficiência visual, com deficiência intelectual aqui na nossa cidade de Patos de Minas (AMARILIS, 2020).

Apesar de ter enfrentado muitos obstáculos, hoje eu não me vejo atuando em outra área que não seja voltada para educação, tudo que eu faço eu faço com muito amor e muito carinho. Eu acredito que somente a educação é capaz de fazer transformação na sociedade, e é isso que eu quero, uma sociedade mais humana que inclui mais as pessoas com deficiência (CAMÉLIA, 2020).

Alguns relatos, como esses últimos, trazem à tona o quão esses profissionais, apesar dos desafios, se mostram entusiastas com a profissão e acreditam no papel de transformação social que representam.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar o presente estudo, é necessário retornar aos seus objetivos iniciais, que consistiram em analisar a inclusão dos professores com deficiência física, visual ou auditiva no mercado de trabalho, em especial no contexto escolar de sala de aula. Para alcançar o objetivo do trabalho, fez-se inicialmente uma pesquisa bibliográfica e webliográfica, fundamentando-se em autores diversos e em legislações específicas acerca da temática. Depois, fez-se uma pesquisa de campo com professores com deficiência que atuam na esfera escolar no município de Patos de Minas.

Após percorrer essas etapas, detalhadas no decorrer deste trabalho, as questões propostas - Como é o processo de inclusão dos professores com deficiência no mercado de trabalho? Eles se sentem realmente incluídos nos processos do contexto educacional? Quais as principais dificuldades enfrentadas por eles no ambiente de trabalho? - foram respondidas. Ficaram evidentes alguns avanços e conquistas, em especial no que concerne à legislação, referente à inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, incluído aí os profissionais docentes. Entretanto, ao fundamentar-se, especialmente, na pesquisa de campo realizada, ficou mostrada a existência de muitos desafios enfrentados por essas pessoas, tanto na sociedade, de forma geral, quanto no ambiente de trabalho, foco deste trabalho, o que revela que a inclusão não se dá efetivamente, sentimento presente em algumas das falas dos entrevistados, os quais também expuseram o enfrentamento de muitos desafios, como a falta de infraestrutura e de acessibilidade de alguns dos espaços, o preconceito por parte de membros constituintes das escolas, a falta de apoio no ambiente escolar, a ausência de materiais ajustados às suas necessidades e o não cumprimento, em prática, das legislações em vigor.

Assim, conclui-se que a inclusão desses profissionais na sociedade contemporânea ainda está longe de ser concluída; a discriminação aos PcD quanto a sua capacidade e competência para exercer determinadas funções é uma realidade presente no mercado de trabalho. Há, nesse sentido, um extenso caminho a ser percorrido para que a inclusão seja ressignificada e para que a diferença seja concebida como um direito a ser respeitado.

Espera-se que este trabalho possa servir de fonte de estudo e reflexão sobre a importância da inserção dos portadores de deficiência no mercado de trabalho, em

especial os professores com deficiência do município de Patos de Minas, e possa despertar também o interesse em continuar abordando essa temática, visto que muitos outros vieses podem ser aprofundados e melhor discutidos, a partir de indícios mostrados nos dados apresentados aqui.

## REFERÊNCIAS

BONFIM, S. M. (org.). **Legislação sobre pessoa com deficiência** [recurso eletrônico]. 8. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10098.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm). Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5904/2006, de 21 de setembro de 2006**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5904.htm). Acesso em: 21 maio 2020.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília/DF, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm). Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm). Acesso em: 21 de maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília/DF, 2015. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 28 maio 2020.

CARVALHO, L.; ALMEIDA, P. Direitos humanos e pessoas com deficiência: da exclusão à inclusão, da proteção à promoção. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 12, fevereiro 2012. Disponível em: <http://reid.org.br/?CONT=00000293>. Acesso em: 08 maio 2020.

COELHO, B. **Inclusão é direito**: as principais leis de acessibilidade no Brasil. 2012. Disponível em: <http://blog.handtalk.me/leis-de-acessibilidade>. Acesso em: 25 maio 2020.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

FERNANDES, A. L.; SILVA, S. M. D. Recrutamento e seleção do profissional portador de deficiência nas organizações: Integração ou Inclusão?. **FACEF Pesquisa**, v. 11, n. 2, 2008.

FIGUEIRA, E. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil. São Paulo: Giz Editorial, 2008.

IBGE EDUCA. **Conheça o Brasil**: pessoas com deficiência. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 30 out. 2020.

KLAUMANN, M. **A trajetória profissional de professores com deficiência atuantes na rede de ensino de Curitiba e região metropolitana**. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **País tem mais de 418 mil pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/36428/pais-tem-mais-de-418-mil-pessoas-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 23 maio 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Conceitos de deficiência**. Disponível em: <http://www.pcd.mppr.mp.br/pagina-41.html#:~:text=Art.,condi%C3%A7%C3%B5es%20com%20as%20demais%20pessoas>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PARDIM, C. C. **O processo de inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho**: desafios e reflexões, 2014. Disponível em: [http://www.pedagogia.com.br/artigos/processo\\_inclusao\\_pessoa\\_deficiencia/](http://www.pedagogia.com.br/artigos/processo_inclusao_pessoa_deficiencia/). Acesso em: 23 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS. **Lei Complementar nº 2/1990**. Disponível em: <http://leismunicipa.is/iuenm>. Acesso em: 20 ago. 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS. **Lei Complementar nº 271, de 1º de novembro de 2006**. Disponível em: <http://leismunicipa.is/iuenm>. Acesso em: 23 ago. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS. **A Lei complementar nº 379, de 24 de janeiro de 2012**. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ieunm>. Acesso em: 23 ago. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS. **Lei nº 6.561, de 22 de maio de 2012**. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mrplq>. Acesso em: 24 ago. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS. **Lei complementar nº 504, de 27 de março de 2015**. Disponível em: <https://sapl.patosdeminas.mg.leg.br/norma/9376>. Acesso em: 24 ago. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS. **Lei Orgânica do município de Patos de Minas, de 24 de maio de 1990**. Disponível em: <http://leismunicipa.is/athsm>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SILVA, M. I. **Por que a terminologia “pessoas com deficiência”?**. Disponível em: <https://www.selursocial.org.br/porque.html>. Acesso em: 30 out. 2020.

WALLERIUS, K.; BISSANI, N. A inclusão dos portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho. **Revista Científica Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1-20, mar. 2015.

## ANEXO A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Prezado(a) professor(a), sou Paloma Cristina Ferreira Moisés, estudante do 8º período de Letras do Centro Universitário de Patos de Minas e estou fazendo, sob orientação da Profª. Elizene S. Oliveira Nunes, uma pesquisa para o meu Trabalho de Conclusão de Curso. O objetivo geral do trabalho é discutir a inclusão dos professores com deficiência, física, visual ou auditiva, no mercado de trabalho, em especial no contexto escolar de sala de aula.

Saliento que será mantida a confidencialidade sobre os dados coletados nas entrevistas, bem como a privacidade de seus conteúdos, como preconizam os Documentos Internacionais e a Res. 196/96 do Ministério da Saúde. Para a discussão dos resultados, serão utilizados codinomes para todos os participantes.

A entrevista está organizada em 4 “blocos”, sendo o primeiro destinado a identificar o perfil dos sujeitos, o segundo destinado a compreender as suas concepções de deficiência e inclusão, o terceiro a compreender a organização do trabalho pedagógico deles e o último a conhecer um pouco a trajetória acadêmica desses profissionais.

Acredito muito que é por meio do processo de pesquisas que podemos promover avanços importantes em todas as áreas e por isso considero sua participação fundamental e já agradeço a colaboração.

### 1 Dados gerais

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3 Deficiência:

1.4 Causa da deficiência:

1.5 Formação acadêmica (graduação e pós-graduação):

1.6 Local de trabalho:

1.7 Atividade exercida na escola:

1.8 Ano de ingresso na rede de ensino:

1.9 Total de anos de docência:

1.10 Reside com a família: ( )sim ( ) não

1.11 Estado Civil:

### 2 Concepções de deficiência e inclusão

2.1 Você enfrentou ou enfrenta desafios na sua inclusão/interação social na escola, com relação a (aos):

a) Direção da escola?

b) Colegas?

c) Alunos?

d) Família de seus alunos?

Algum desses grupos se destacou com algum desafio específico?

2.2 Você considera que sua inserção na escola provocou alguma alteração na concepção da deficiência, tanto sua quanto dos outros integrantes da escola? Comente sua resposta.

2.3 Quais as condições que você considera como necessárias para que o processo de inclusão de um professor com deficiência ocorra: a) no sistema educacional; b) no conjunto da escola?

2.4 Em sua opinião, como a deficiência é concebida na escola em que você atua?

2.5 O que você acha que pode ser feito para melhorar o processo de inclusão de um professor com deficiência?

### **3 Professor com deficiência e organização do trabalho pedagógico**

3.1 Você recebe(u) algum tipo de apoio pedagógico especializado da escola em que atua no sentido de atender suas especificidades? Comente sua resposta.

3.2 Você enfrenta dificuldades no seu processo de ensino relacionadas aos aspectos: conteúdo a ser desenvolvido para os alunos; metodologia aplicada; avaliação aplicada; material pedagógico? Se sim, quais são mais recorrentes?

3.3 Caso enfrente dificuldades, o que você sugere para minimizar essa situação?

### **4 Conte-me sobre a sua trajetória de atuação profissional em sala de aula e no ambiente escolar, de forma geral.**